

O Jornal diário dos
Ancepianos
18 de outubro - 12horas

PLANO DE CONTAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS: ANCEP E ABRAPP AGUARDAM RESPOSTA DA PREVIC



A ANCEP e a ABRAPP aguardam para as próximas semanas resposta da Previc às sugestões que apresentaram com o objetivo de buscar o aprimoramento da minuta colocada em audiência pública da nova Instrução que virá normatizar o plano de contas e os procedimentos contábeis das entidades, de acordo com a Resolução CNPC nº 29/2018. As propostas foram encaminhadas na semana passada.

Entre as sugestões que estamos levando está, por exemplo, a de que a abertura das contas de investimento sigam os mesmos padrões da Resolução CMN 4661, para assim facilitar a análise de enquadramento não só pelos contadores mas também pelos profissionais de governança, assim facilitando a transparência. Se aceita essa proposta, explica Geraldo Assis, a nova redação da minuta voltaria a ter 10 dígitos, no lugar dos 11 que vigoram no texto original da Previc.

“Discute-se também o grupo 9, o das contas gerenciais que a Previc inseriu em sua minuta”, nota Geraldo Assis (foto), conselheiro da ANCEP e Secretário-executivo do Colégio de Coordenadores das Comissões de Contabilidade da Abrapp, que comenta: “No nosso entendimento a contabilidade não se presta ao registro de contas gerenciais e não contábeis”.

Ele completa: “A nossa sugestão está sendo a de que a Previc crie relatórios separados com esse enfoque gerencial, fora dos balancetes mensais”.

Outra questão que estamos levantando diz respeito ao início da vigência do novo plano de contas. Parece ter sido bem recebida a nossa sugestão de começo das novas normas contábeis apenas em janeiro de 2020. Com isso, em 2019 apenas se replicaria o atual plano de contas, acrescido de algumas contas contábeis julgadas essenciais, como as relativas ao fundo administrativo compartilhado e ao seguro terceirizado com seguradoras.

Seminário de amanhã no Rio mostra como eventos da Ancep são valorizados

O seminário **EDF-REINF: Instrução Normativa RFB 1767/2017**, que estará sendo promovido amanhã, dia 19, no Rio de Janeiro, terá lugar no auditório do Serpros Fundo Multipatrocinado, localizado na Rua Fernandes Guimarães 35, em Botafogo, que pela qualidade das instalações oferece todas as condições para abrigar com conforto e maiores facilidades o excelente público que está se inscrevendo.

A transferência para as novas acomodações é também uma demonstração a mais da confiança que os eventos de treinamento da ANCEP inspiram, exatamente por tratar-se de uma Associação de contabilistas de entidades de previdência que atua com a marca da especialização. Os seminários que realiza reúne vários dos maiores especialistas na matéria, todos muito conscientes de que os profissionais buscam uma cada vez maior qualificação.

Confiança que não se alimenta só da qualidade dos quadros profissionais mobilizados pela ANCEP, lembra o Presidente Roque Muniz, mas também da oportunidade dos temas abordados. Afinal, essa está sendo a melhor hora para o esclarecimento das dúvidas que ainda perduram sobre a temática que envolve o EDF-Reinf e a Instrução Normativa 1767 da Receita.

O coração do programa está nas orientações que são fornecidas sobre o mais recente módulo do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) denominado de Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdência Substituída (EFD-Reinf).

- Legislação

- Vigência: Novo cronograma de Implantação oficial instituído pela Instituição Normativa RFB nº 1767/2017
- Retenção de INSS nos Serviços Tomados/Prestados mediante cessão de mão de obra e empreitada.
- Retenções na Fonte Pagadora (IR-CSLL-COFINS-PIS/PASEP) incidentes sobre os pagamentos diversos efetuados e pessoas físicas e jurídicas.
- Eventos de Fechamento e Reabertura da EFD-Relif.
- Efeito na DCTF - WEB

Comissão do Senado aprova audiência pública para tratar de déficit da Petros

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou requerimento de Fátima Bezerra (PT-RN) para que seja realizada uma audiência pública sobre as cobranças adicionais que a Fundação Petrobras de Seguridade Social vem impondo a seus participantes e assistidos, informa a **AGÊNCIA SENADO**.

Com o objetivo de cobrir um déficit de R\$ 27,7 bilhões, a Petros elevou a contribuição previdenciária dos empregados da Petrobras, o que tem causado uma enxurrada de liminares judiciais contra a cobrança. É preciso encontrar uma saída para mais esse retrocesso que vem impactando a vida de quase 150 mil trabalhadores que confiaram na Petros — protestou o vice-presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), ao ler o requerimento de Fátima.

Reforma da Previdência: projeto de especialistas inclui capitalização e uso de recursos do FGTS

A proposta de reforma da Previdência que vem sendo finalizada por um grupo de especialistas para ser entregue ao presidente eleito prevê a possibilidade de os trabalhadores, em um regime de capitalização parcial, destinarem parte do depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para contas individuais em fundos previdenciários. O projeto tem ainda outros dois pilares. Um de repartição, como o atual, pelo qual os trabalhadores na ativa custeiam os benefícios dos aposentados, e outro voltado para todos os idosos, noticia o **VALOR ECONÔMICO**.

Ao abordar o assunto, também em sua edição de hoje, um outro jornal - **O GLOBO** - chega a utilizar o termo "previdência complementar".

O economista Paulo Tafner, um dos maiores especialistas em Previdência do país e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP e integrante do grupo coordenado pelo ex-presidente do Banco Central (BC) Arminio Fraga, disse ao Valor que a destinação de recursos do FGTS para contas individuais de Previdência permitiria melhor remuneração do que a paga pelo fundo, que é de 3% mais Taxa Referencial (sem incluir o impacto da distribuição anual do lucro).

"O FGTS não rende praticamente nada e [a parcela destinada para um fundo] vai render juros de mercado", afirmou Tafner, destacando que a medida não valeria para o estoque do FGTS, hoje utilizado pelo governo para financiamento de habitação, saneamento básico e mobilidade urbana. O percentual do valor do depósito mensal que poderia ser repassado para um fundo escolhido pelo trabalhador ainda não está fechado.

A destinação de recursos do FGTS para a Previdência também ajudaria, conforme Tafner, a ampliar a poupança que o trabalhador terá no momento em que opta pela aposentadoria. Mas, pela proposta, depois de feita a opção de destinar parte dos recursos do FGTS para um fundo de previdência, o saque, antes da aposentadoria, será vedado. A medida faz parte da proposta de se introduzir gradualmente um regime capitalização parcial da Previdência Social. O projeto de reforma dos especialistas coordenados por Arminio seria adotado aos poucos para os novos trabalhadores, nascidos a partir de 2014.

Para incentivar o cotista a investir no longo prazo, a ideia dos assessores de Bolsonaro é criar uma plataforma semelhante a do Tesouro Direto, com isenção tributária sobre os ganhos de capital.